



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

ATO GP Nº 60, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

Revogado pelo [Ato n. 7/GP, de 16 de janeiro de 2024](#)

Altera o [Ato GP nº 58, de 15 de outubro de 2021](#), para definir o período da atualização cadastral dos(as) aposentados(as) e pensionistas do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a [Resolução nº 273, de 26 de junho de 2020](#), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho em seu art. 11, III, determina aos Tribunais Regionais do Trabalho que regulamentem aspectos específicos relacionados à atualização cadastral, esclarecendo inclusive o período do recadastramento;

CONSIDERANDO os termos do [Ato nº 280/SEGPES.GDGSET.GP, de 27 de outubro de 2021](#), do Tribunal Superior do Trabalho, em especial o disposto no art. 3º que altera o prazo para a realização do recadastramento relativo ao ano de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º do [Ato GP nº 58, de 15 de outubro de 2021](#), que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º O recadastramento relativo ao exercício de 2021 de magistrados(as), juízes(as) classistas, servidores(as) aposentados(as) e pensionistas do Tribunal ocorrerá no período 05 de outubro de 2021 a 30 de novembro de 2021.

§ 2º Enquanto perdurarem as medidas restritivas de isolamento e distanciamento social necessários para conter os impactos causados pela pandemia da Covid19, a atualização cadastral será feita preferencialmente pelos Correios; por videoconferência pela plataforma Zoom e, excepcionalmente, de forma presencial mediante agendamento, no endereço <https://ww2.trt2.jus.br/recadastramento-de-aposentados-e-pensionistas-2021/>.
“(NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se

São Paulo, data da assinatura eletrônica.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL
Desembargador Presidente do Tribuna

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

REVOGADO